

IAOD do Deputado Zheng Anting em 16.01.2023

Há que lidar com as sequelas da Covid longa

No último mês, Macau viveu um “período de transição” da pandemia e, segundo as previsões das autoridades, 60% a 70% da população foi infectada, o que levou a uma grande tensão nos cuidados de saúde. Felizmente, graças aos esforços e à persistência do pessoal da linha da frente, Macau ultrapassou, em conjunto, o período de pico da pandemia. Gostaria de dirigir os meus sinceros agradecimentos a todos os profissionais de saúde e pessoal da linha da frente.

Esta vaga da pandemia resultou num grande número de infectados em pouco tempo. Segundo muitos doentes, depois de passarem a negativo, continuam com sintomas e indisposição física, nomeadamente tosse, fadiga, dores de cabeça, dificuldades respiratórias, dores nas articulações e diminuição da memória e da concentração. Segundo a OMS, alguns doentes infectados podem continuar a ser afectados pelo vírus a médio e longo prazo, o que se designa por Covid longa. Segundo os dados disponíveis, cerca de 10% a 20% das pessoas que já foram infectadas apresentam sintomas de Covid-19 longa, no entanto, de acordo com os estudos realizados nas regiões vizinhas, esta taxa pode ser muito superior.

A Covid longa acarreta pressão para o sistema de saúde e vários desafios para o corpo e a mente dos doentes, afectando as suas capacidades de trabalho, aprendizagem e até as actividades diárias. Ao mesmo tempo que perturba a vida dos doentes, também afecta a distribuição de recursos humanos e o funcionamento das actividades dos empregadores, o que diminui a produtividade e não beneficia o desenvolvimento da sociedade.

Na minha opinião, o Governo deve tomar como referência as experiências de outros países e regiões e os resultados dos estudos sobre a Covid longa, para definir, quanto antes, políticas correspondentes e apoiar os doentes, permitindo que recebam os cuidados adequados. Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Recolher os resultados dos estudos sobre a Covid longa feitos em todo o mundo e elaborar um programa de diagnóstico e tratamento dos sintomas, para os profissionais de saúde conhecerem bem as manifestações clínicas, incluindo o impacto nos pulmões, nas funções cardiovasculares e as sequelas neurológicas e mentais. Assim, de acordo com os sintomas dos utentes, pode determinar-se se trata de um caso de Covid-19 longa, disponibilizar-se tratamento adequado e aconselhamento de saúde, e proceder ao encaminhamento para outros serviços de reabilitação, conforme as necessidades.

2. Considerar a criação de instituições médicas para a prestação de serviços gratuitos aos doentes com Covid longa, como clínicas de medicina chinesa ou

ocidental, oferecendo serviços especializados e interdisciplinares de avaliação, tratamento e reabilitação. Pode ainda ponderar-se a atribuição, a curto prazo, de mais uma ronda de vales de saúde, para canalizar os doentes para as instituições médicas privadas, oferecendo aos residentes tratamento personalizado mais conveniente.

3. Aumentar os conhecimentos do público sobre a Covid longa através de diferentes meios, explicar o seu impacto no corpo e os métodos de prevenção, e continuar a apelar e incentivar a vacinação, para minimizar o impacto físico e psicológico na população.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 16.01.2023

Aproveitar o 30.º aniversário da promulgação da Lei Básica para reforçar a sensibilização da população para o amor pela Pátria e por Macau

Nos 23 anos desde o retorno de Macau à Mãe-Pátria, a ordem constitucional baseada na Constituição e na Lei Básica foi firmemente estabelecida. O Governo tem-se esforçado para que os diversos sectores da sociedade estejam unidos e o princípio “um país, dois sistemas” seja compreendido e implementado de forma abrangente e com precisão, a par de defender, firmemente, a autoridade da Constituição e da Lei Básica, transmitir os valores nucleares do amor pela pátria e por Macau, e demonstrar ao mundo a implementação bem-sucedida do princípio “um país, dois sistemas” com características de Macau.

Mas é importante notar ainda que a promoção efectiva da Constituição e da Lei Básica é uma tarefa que precisa de ser transmitida de geração em geração, e feita de forma consistente durante gerações. Em 31 de Março é assinalado o 30.º aniversário da promulgação da Lei Básica de Macau. Para tornar mais eficazes as actividades comemorativas e os trabalhos futuros de publicidade e promoção, gostaria de apresentar cinco sugestões:

1. A governação segundo a lei consiste, em primeiro lugar, em seguir a Constituição e a Lei Básica, assim, sugere-se ao Governo que reforce, continuamente, a formação de talentos profissionais no âmbito da Constituição e da Lei Básica, para proporcionar uma garantia sólida de quadros qualificados para a governação em Macau; reforce a promoção da referida formação, e oriente e apoie os residentes a conhecer melhor a essência do espírito da Constituição e da Lei Básica, enraizando-a na mente da população.

2. A Constituição e a Lei Básica são, em conjunto, a base constitucional da RAEM. Para promover a implementação estável e a longo prazo de “um país, dois sistemas”, é necessário compreender e dominar, correctamente, a relação entre a Constituição e a Lei Básica. Sugere-se ao governo que reforce, de forma contínua, a divulgação e a promoção simultânea da Constituição e da Lei Básica, porque ambas são importantes.

3. Os trabalhadores da função pública são a força principal para a implementação de uma governação eficaz na RAEM, sendo também exemplos e responsáveis pela implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas” e da Lei Básica. Proponho ao Governo que continue a reforçar a formação específica e sistemática sobre a Constituição e a Lei Básica destinada aos trabalhadores da função pública, para formar uma equipa de governação com forte capacidade política, jurídica e profissional.

4. Importa reforçar a cooperação interdepartamental, para elevar a eficácia das acções de sensibilização e educação. Actualmente, as diversas áreas governativas

promovem, individualmente, a educação do amor pela Pátria e por Macau, o que dificulta a conjugação de esforços. Sugiro ao Governo que reforce a comunicação e a cooperação entre as áreas de Administração e Justiça, Assuntos Sociais e Cultura, e Segurança, combinando a divulgação da Constituição e da Lei Básica com a educação sobre a segurança nacional, e unindo-se com os esforços das associações, das escolas e dos especialistas e académicos, para elevar, em conjunto, a qualidade da educação do amor pela Pátria e por Macau.

5. Os trabalhos de sensibilização e educação sobre a Constituição e a Lei Básica têm vindo a ser implementados desde há muitos anos, mas ainda não existem indicadores quantitativos sobre os seus resultados. Proponho ao Governo que crie um mecanismo científico de avaliação, para avaliar a eficácia e rever as insuficiências, permitindo que os trabalhos de educação do amor pela Pátria e por Macau acompanhem a evolução dos tempos e sejam actualizados atempadamente.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 16.01.2023

Preocupação com a protecção dos residentes, pessoal médico e trabalhadores na nova situação da epidemia

Nos três anos da epidemia, a economia, a sociedade e a vida da população de Macau sofreram grande impacto. Muitos residentes esperam que o Governo relaxe a política de prevenção da epidemia em prol da recuperação gradual da economia e da redução do impacto para os residentes. Com o enfraquecimento da virulência do vírus e a generalização da vacinação, o Governo seguiu, no final do ano passado, a política nacional de relaxamento das medidas de controlo e implementou o controlo de “Categoria B”, para a infecção pelo coronavírus passasse a ser tratada como endémica.

Com o relaxamento das medidas de controlo no final do ano passado, o número de pessoas infectadas em Macau aumentou rapidamente e registou-se um pico da epidemia. Muitos idosos e pessoas com doenças crónicas ficaram em estado grave ou morreram, o que é de partir o coração. Isto representou também um grande desafio para o sistema de saúde, pois muitos profissionais prestaram trabalho extraordinário e continuaram a trabalhar mesmo quando se sentiam mal. A epidemia também provocou pressão sobre os recursos humanos nos diferentes sectores. Registou-se uma pressão sem precedentes nos serviços funerários, etc., que deixou centenas de famílias incapazes de tratar adequadamente dos funerais. Além disso, registou-se escassez de medicamentos e de vários artigos domésticos, com impacto no funcionamento da sociedade e na saúde e na vida dos residentes.

O Governo tomou várias medidas de contingência em resposta à situação, incluindo a mobilização de serviços médicos em hospitais públicos e privados e a criação de postos de consulta externa comunitária, e a partilha da pressão sobre os serviços médicos através da mobilização de forças médicas na comunidade e a implementação de medidas para restringir a aquisição de medicamentos. No final, graças aos esforços e perseverança do Governo, dos diversos estratos sociais e do pessoal médico, Macau ultrapassou os desafios durante o pico da epidemia. Gostaria de expressar as minhas mais profundas condolências aos falecidos e a minha sincera simpatia às suas famílias! Gostaria também de prestar homenagem ao pessoal médico e às pessoas que participaram no combate à epidemia, assim como às organizações, empresas e trabalhadores que se dedicaram à manutenção do normal funcionamento da comunidade!

O pico do surto já passou, mas ainda há alguns casos confirmados, daí alguma procura de serviços de saúde, de medicamentos e de serviços funerários, e não está excluída a possibilidade de surgirem novas variantes e surtos em grande escala. Por isso, o Governo deve aprender com a experiência recente e preparar-se bem para prevenir o próximo pico da epidemia e para a nova normalidade, otimizando o sistema de saúde e a organização do pessoal, proporcionando protecção adequada aos doentes e assegurando tempo suficiente para descanso

e a devida protecção ao pessoal da saúde. Deve também promover a vacinação, assegurar o fornecimento suficiente de medicamentos e implementar rigorosamente as medidas de restrição de aquisição de medicamentos, bem como evitar o contrabando e açambarcamento de produtos. É necessário prestar apoio, protecção, acompanhamento e assistência médica suficientes aos idosos, às pessoas já com doenças e aos grupos vulneráveis, para evitar casos graves e mortes. Espero ainda que o Governo ajude os familiares das vítimas a tratarem adequadamente dos restos mortais, aliviando a sua pressão.

Com o alívio das medidas de prevenção da epidemia e das restrições fronteiriças, a economia e a sociedade de Macau estão a retomar, passo a passo, o normal funcionamento, e com a chegada das férias do Ano Novo Chinês, é de crer que aumente a procura de recursos humanos por parte das empresas. Face à normalização da epidemia, espero que sejam asseguradas as garantias dos trabalhadores. Actualmente, a taxa de desemprego em Macau é elevada, e são muitos os desempregados, por isso, espero que a recuperação económica traga alguma esperança aos candidatos a emprego. Deixo também aqui um apelo às empresas para contratarem mais trabalhadores locais. Solicito ainda ao Governo que reforce o trabalho de emparelhamento de emprego e formação profissional, assegure a prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego, preste apoio aos desempregados na procura de emprego e forneça recursos humanos adequados para a recuperação e o funcionamento das empresas, conjugando esforços para promover a recuperação acelerada da economia e da sociedade!

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 16.01.2023

Aumento dos limites da indemnização a trabalhadores por danos emergentes de acidentes de trabalho ou doenças profissionais

Há dias, aquando da discussão do relatório de revisão dos limites da indemnização a trabalhadores por danos emergentes de acidentes de trabalho ou doenças profissionais, previstos no Decreto-Lei n.º 40/95/M, com o Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) e a Autoridade Monetária de Macau (AMM) propuseram manter inalterados os montantes de diversas indemnizações. Porém, sugiro que as autoridades considerem aumentar ligeiramente tais limites, de modo a reforçar, de forma gradual e ordenada, a protecção dos trabalhadores em caso de acidentes infelizes.

De acordo com as estatísticas da DASL sobre acidentes de trabalho, as três principais indústrias com o maior número de vítimas de acidentes foram a indústria das diversões e jogos e outros serviços, a hoteleira e de restauração, e a da construção civil. Segundo os dados disponibilizados, até Setembro deste ano, o número total de vítimas ultrapassava as 3000. Segundo os dados de 2021 do tribunal, no âmbito do julgamento dos casos de “incapacidade permanente”, apenas cerca de 10 por cento dos casos conseguiram montantes iguais ao limite máximo de indemnização. Creio que um aumento adequado do limite máximo teria um impacto limitado nas seguradoras, mas poderia proteger melhor os direitos e interesses dos trabalhadores.

Nos termos da lei vigente, o valor máximo da indemnização é diferente do montante, efectivo e final, que a vítima pode receber, portanto, a actualização atempada do valor da indemnização é muito importante para o trabalhador. Na realidade, as quantias avultadas de indemnização atribuídas a muitos trabalhadores provêm de casos de acidente de trabalho de que resultaram a incapacidade permanente ou a morte; em particular, com a situação económica dos últimos anos a agravar-se, os trabalhadores vítimas e as suas famílias necessitam, de facto, de mais apoio económico, mas o valor máximo da indemnização previsto na lei vigente é ainda relativamente baixo.

A indemnização por acidente de trabalho tem a sua natureza especial, pelo que se deve, primeiro, considerar a situação difícil em que a vítima se encontra para se estudar e decidir o aumento do valor limite. Assim, propõe-se que se inicie, quanto antes, tendo em conta os acidentes de trabalho mais relevantes, um estudo sobre a possibilidade de actualização dos limites indemnizatórios consoante as características dos sectores onde se registam mais acidentes de trabalho e em que o número de casos é elevado; se continue a reforçar a divulgação sobre a segurança e saúde ocupacional e a inspecção do ambiente de trabalho; se realize periodicamente simulacros para responder à ocorrência de acidentes graves, garantindo que os equipamentos de socorro sejam suficientes e que haja um

mecanismo de emergência adequado, a fim de se atingir o objectivo de dar prioridade à prevenção, reprimindo a ocorrência de acidentes de trabalho e reduzindo o número de vítimas.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 16.01.2023

A nova era pós-epidemia embarca numa nova jornada de progresso

O Governo da RAEM, em cumprimento das políticas nacionais de prevenção e controlo da epidemia, tem-se empenhado, ao longo destes três anos, na sua prevenção e controlo, protegendo eficazmente a vida e a saúde dos mais de 600 mil cidadãos de Macau, na fase mais feroz do vírus!

À medida que a política nacional de prevenção da epidemia muda, Macau insiste em tratar a epidemia de forma científica e precisa! Fazendo uma retrospectiva do grande teste que a epidemia representou, devemos, mais uma vez, agradecer a todos os trabalhadores das instituições de saúde e dos serviços de saúde de Macau por terem enfrentado as dificuldades e encarado, corajosamente, os desafios na linha da frente, ao pessoal dos serviços administrativos e judiciais por ter desempenhado funções de apoio, aos serviços das Forças de Segurança por não terem hesitado em avançar, bem como aos voluntários das diversas associações cívicas pelo seu espírito de zelo e de serviço prestado. Mas não podemos esquecer a população em geral, em plena articulação com os apelos do Governo, apoiando a implementação ordenada das diversas medidas de prevenção da epidemia, com todos envolvidos na batalha contra a epidemia, sem distinção entre si. Unimo-nos, defendemo-nos em todos os aspectos e construímos uma linha de defesa sólida contra grandes aglomerados de pessoas. Acontece que a vitória final continua a ser nossa!

Durante este período, ficámos, mais uma vez, conscientes do grave problema da monotonia da economia e das indústrias de Macau, o que se acentuou ainda mais perante situações complexas e severas.

Com a propagação da epidemia a nível mundial, os conflitos geopolíticos persistem, causando grande impacto na cadeia de fornecimento industrial, o que dificulta a exploração das PME, sendo urgente a inovação e a reforma da mentalidade.

Macau, como um dos principais motores da Grande Baía, ao implementar o segundo plano quinquenal e, ao mesmo tempo, melhorar o bem-estar da população, deve, neste preciso momento, fazer algo extraordinário para alcançar êxitos extraordinários. Assim, para revitalizar a economia pós-epidemia, sugere-se o seguinte:

1. Para consolidar a economia e assegurar a estabilidade e o desenvolvimento a longo prazo, é necessário como base tomar a iniciativa, e coordenar a circulação interna e a circulação internacional, o presente e o futuro, impulsionar o investimento do Governo em articulação com o do exterior, e aproveitar as nossas vantagens para atrair talentos e construir indústrias, para se alcançarem vantagens

com um desenvolvimento de alta qualidade, e, mais, há que pensar com a mente e trabalhar com o coração para apoiar fortemente o desenvolvimento diversificado das indústrias;

2. Há que implementar o espírito do 20.º Congresso, persistir na orientação geral do trabalho de procurar progresso na estabilidade, reforçar a confiança do mercado, implementar a estratégia de expansão da procura interna, impulsionar a construção da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, aprofundar a reforma e a abertura em todos os aspectos, promover o desenvolvimento integrado das indústrias e da economia através de um pensamento pioneiro, concretizar os trabalhos de coordenação sobre a aplicação de uma só política nas duas regiões, elevar a eficiência da execução e concretizar os objectivos e rumos definidos pelo Estado;

3. Aproveitar as vantagens da política “Um País, Dois Sistemas”, para apoiar as empresas industriais locais, consolidar as indústrias tradicionais e emergentes, promover e alargar o espaço de desenvolvimento, e concretizar a sua reconversão e valorização. Tomar como referência os planos de formação de empresas de outras regiões, definir um plano de acção de três anos para promover as indústrias principais, iniciar projectos de correspondência entre a técnica e a oferta, incentivar as empresas de Macau a “expandir-se para o exterior e a atrair os investimentos estrangeiros”, aprofundar a integração de Macau na Grande Baía, e atrair os investimentos dos países de língua portuguesa, da Europa e dos Estados Unidos da América, para formar empresas industriais dinâmicas da nova era e construir uma “economia industrial com características próprias da Grande Baía”!

4. Consolidar e melhorar as funções do centro modal de transportes da Grande Baía e, sob a orientação e o controlo rígido do Plano Director e dos planos de pormenor, alargar a ligação entre as cidades da Grande Baía e elevar a sua capacidade, para haver articulação com os centros de transportes internos e externos, e desenvolver os efeitos de integração na Grande Baía!

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 16.01.2023

Contribuir mais para a recuperação do turismo

Com o fim do "período de transição de prevenção e controlo", a política de isenção de testes de ácido nucleico entrou em vigor em 8 de Janeiro, pelo que o número de visitantes tem subido continuamente. Segundo os dados das autoridades, no dia 12 de Janeiro entraram em Macau mais de 40 mil visitantes, um aumento de 1,6 vezes em relação à média diária de 2022. O número de visitantes do Interior da China aumentou cerca de 1,3 vezes em comparação com a média do ano passado, e o número de visitantes de Hong Kong aumentou cerca de 4,2 vezes em comparação com a média do ano passado. Segundo muitas PME dos bairros comunitários, o negócio melhorou significativamente nos últimos dias, e algumas empresas que reduziram a dimensão das suas operações devido à epidemia dos últimos anos, pretendem alargar as suas operações e contratar mais trabalhadores, o que significa que a recuperação da economia e do turismo está a amanhecer.

É de salientar que, nos últimos anos, mesmo durante o período da epidemia, os serviços competentes do Governo prepararam-se activamente para a recuperação da indústria turística, para além de terem lançado medidas para a criação de itinerários turísticos com características próprias, houve ainda espaço para a experiência de AR no "Arraial na Taipa", e no "Arraial em Coloane", bem como para diversos eventos e festividades turísticas, entre outros projectos "Turismo +", a fim de elevar o *hardware* e o *software* do turismo de Macau. Recentemente, os Serviços de Turismo, o Instituto Cultural e outros serviços competentes têm cooperado para, em articulação com as festividades tradicionais que se aproximam, promover a recuperação da comunidade e do turismo; vai ser lançado o evento "Passeando pela Almeida Ribeiro - Projecto piloto para área pedonal"; e vão ser retomados o desfile do dragão dourado, os espectáculos de fogo-de-artifício e a exposição de carros alegóricos; e o Governo vai ainda oferecer descontos exclusivos aos visitantes do Interior da China e de Hong Kong. Todos estes projectos turísticos, produtos e medidas preferenciais vão contribuir ainda mais para a recuperação da indústria turística em geral.

Assim sendo, apresento as quatro sugestões seguintes:

1. Há que proceder à articulação com o relaxamento das medidas de entrada e saída de Macau, realizar bem os trabalhos de divulgação destinados aos visitantes do Interior da China e do exterior, reforçar a comunicação entre o Governo e os sectores locais, do Interior da China e do exterior, com vista a promover, *online* e *offline*, os eventos turísticos e as informações sobre as ofertas e descontos de Macau.

2. Há que assegurar a fluidez da passagem fronteiriça e a gestão do fluxo de pessoas nos diversos pontos turísticos, dispersar atempadamente o fluxo de

peças e, aumentar, em tempo oportuno, a frequência dos autocarros nos postos fronteiriços e nos pontos turísticos, com vista a satisfazer as necessidades de transporte; ao mesmo tempo, há que disponibilizar experiências turísticas de qualidade, consolidar as bases para o desenvolvimento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer, para que a recuperação do sector do turismo permita, ao mesmo tempo, um aumento da sua qualidade.

3. Com a entrada na fase de recuperação da economia e do sector do turismo, acredito que a taxa de desemprego vai diminuir, tendo em conta a conjuntura geral e o aumento da procura de recursos humanos. Assim, espero que os serviços competentes aproveitem esta oportunidade para se inteirarem, atempadamente, da situação dos recursos humanos das PME, prestando-lhes apoio na conjugação entre a oferta e a procura; e há também que apreciar e autorizar os pedidos de importação de mão-de-obra, equilibrando as necessidades de mão-de-obra local e importada, para ajudar as PME a aproveitarem melhor a via rápida da recuperação económica.

4. Com o relaxamento das medidas de entrada e saída vai-se registar um aumento do fluxo dos residentes nas deslocações à sua terra natal na Semana Dourada do Ano Novo Chinês, o que pode contribuir para o ressurgimento da epidemia, por isso, é necessário reforçar os respectivos planos. Sugiro às autoridades que definam, quanto antes, planos científicos e de contingência para os recursos humanos na área da saúde, medicamentos contra a Covid-19, vacinas, bens essenciais para a vida da população e diversas medidas de apoio, assim como que reforcem a limpeza dos espaços públicos e divulguem informações para as pessoas estarem atentas à sua higiene pessoal, com vista a estarmos preparados para receber os turistas com uma imagem de cidade saudável.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 16.01.2023

A recuperação económica de Macau e a falta de recursos humanos nas pequenas e médias empresas

A partir das 00:00 horas do dia 8 de Janeiro, aqueles que entraram em Macau provenientes do Interior da China, Hong Kong e Taiwan já não tiveram de apresentar o certificado negativo de teste de ácido nucleico. Desde esse dia, o número de visitantes tem vindo a aumentar e, no dia 12 deste mês, registaram-se mais de 40 mil visitantes, o que demonstra uma boa tendência de recuperação do sector do turismo e da prosperidade da cidade, e uma maior confiança no desenvolvimento do sector do turismo e dos sectores conexos.

Neste momento, o Governo de Macau está a aproveitar a oportunidade para lançar uma série de actividades comemorativas do Ano Novo Lunar, para além de oferecer bilhetes gratuitos de meios de transporte para os viajantes de Hong Kong que passam uma noite no território, entre outras medidas para atrair mais turistas. Espera-se que o Governo continue a desenvolver, em conjunto com a indústria turística, mais actividades de grande interesse, reforçando a divulgação dos novos pontos turísticos criados pelas autoridades nos últimos anos. Ao mesmo tempo, deve continuar a divulgar os diversos pontos turísticos através de diferentes plataformas e média, e a lançar medidas de benefícios de transporte, alojamento e consumo, para estimular o interesse dos turistas em visitar Macau. A longo prazo, deve-se solicitar ao Governo Central que promova a abertura de mais excursões em grupo das províncias e cidades do Interior da China. Proponho ainda ao Governo da RAEM que reforce a cooperação com Zhuhai para a exploração de produtos turísticos em conjunto com Macau, por exemplo, desenvolvendo numa primeira fase produtos turísticos que abrangem Hengqin e Macau, e com as respectivas medidas de benefício para aumentar a atracção de turistas.

Mais, prevê-se nos próximos fins-de-semana um grande fluxo de visitantes em Macau, por isso espero que o Governo reforce os trabalhos de divulgação sobre as orientações para a entrada e saída fronteiriças, alertando os residentes para fazerem antecipadamente a declaração de saúde para a passagem fronteiriça através dos “serviços electrónicos de inspecção fronteiriça disponibilizados pelos Serviços de Alfândega”. Consoante a situação, deve-se destacar mais pessoal para efectuar bem os trabalhos de triagem nos postos fronteiriços, assim como de controlo de multidões nas diversas zonas, e é necessário coordenar os meios de transporte junto das fronteiras, como os autocarros de passagem fronteiriça, os autocarros de turismo, e os táxis, etc., para assegurar que os turistas e os residentes atravessem a fronteira sem sobressaltos, demonstrando a imagem de Macau como cidade turística segura e apropriada para visita.

Por outro lado, apesar do aumento do fluxo de turistas e do regresso da prosperidade, as PME ainda não recuperaram a mão-de-obra que foi reduzida nos

últimos três anos devido à epidemia. Nos sectores de produtos de lembranças, restauração e venda a retalho, não se consegue dar resposta à grande procura com o aumento dos turistas, por isso espero que o Governo preste mais atenção ao mercado de trabalho. A taxa de desemprego dos residentes locais diminuiu nos últimos tempos, mas ainda se encontra num nível elevado, pelo que sugiro o reforço dos serviços de conjugação de emprego e de colocação profissional, bem como a organização de mais sessões de emparelhamento para os diferentes sectores, garantindo a prioridade de emprego dos residentes. No próximo ano, as empresas do jogo e as grandes empresas vão contratar mais trabalhadores, por isso as PME vão ter dificuldade em conseguir talentos locais, assim, o Governo deve estudar e avaliar, de forma dinâmica, a situação de emprego e lançar medidas adequadas, a fim de atenuar a situação da falta de recursos humanos nas PME.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 16.01.2023

Experiências interactivas nos pontos turísticos

Nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado na recuperação e revitalização dos monumentos históricos, por exemplo, a Vila de Nossa Senhora de Ká-Hó, as Vivendas de Mong-Há e o Passadiço da Antiga Fábrica de Panchões Iec Long, que entrou recentemente em funcionamento, com vista a criar mais espaços comunitários e culturais para residentes e turistas. Em colaboração com as instituições particulares, a Administração criou um café e uma galeria de arte na Vila de Nossa Senhora de Ká-Hó, com vista a criar um ambiente de lazer e cultura e proporcionar às pessoas reabilitadas da droga oportunidades de reinserção social, o que é bastante significativo. A Administração pretende também, através da concessão de apoio financeiro e de recurso ao arrendamento, transformar as Vivendas de Mong-Há em restaurantes e lojas para venda de produtos culturais e criativos, transmitindo a história e aproveitando melhor esse espaço. Ultimamente, devido à epidemia, o prazo para o requerimento de apoio financeiro foi prolongado, uma atitude de humanidade que merece o reconhecimento da sociedade.

O Passadiço da Antiga Fábrica de Panchões Iec Long, inaugurado recentemente, é um dos projectos importantes do programa de Inverno “Uma Base Cultural”, esperando-se, através da preservação e revitalização desse ponto turístico, transformar o “parque de actividades de lazer com características próprias, tendo como tema o sector do fabrico de panchões em Macau”, interligando os ricos recursos culturais e turísticos ao seu redor, tornando o Passadiço num marco cultural distintivo das Ilhas; a Administração instalou no local um sistema electrónico de guia turístico com códigos QR, e basta ligar o sistema com o telemóvel inteligente para obter informações em chinês, inglês e português, acompanhadas por um vídeo em cantonense. Além disso, foram também instaladas caixas de animação, onde são projectados vídeos sobre o processo de fabrico de panchões, para os visitantes apreciarem a história. Mas, segundo os visitantes, são ainda poucas as actividades culturais e artísticas no parque, e ainda não há nenhum café, nem lojas de venda de produtos culturais e criativos, e embora não se sintam “vazios” depois de visitarem o parque, há ainda muito a melhorar ao nível das instalações e equipamentos.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Alguns idosos não sabem utilizar os produtos electrónicos inteligentes e têm problemas de visão. Em muitos pontos turísticos de Macau, existem sistemas electrónicos de guia turístico com códigos QR que permitem a consulta de informações, mas para esses idosos, isso é uma confusão. Caso haja condições, espero que a Administração disponibilize um serviço de marcação prévia de visitas guiadas no Passadiço da Antiga Fábrica de Panchões Iec Long, para os interessados poderem, através da apresentação dos guias, conhecer a história da

fábrica de panchões e das três indústrias artesanais tradicionais de Macau. Mais, a Administração deve considerar proceder ao *upgrade* do sistema electrónico de guia turístico com códigos QR dos pontos turísticos, aditando a função de apresentação por voz multilingue, por exemplo, em mandarim, inglês e português, para satisfazer as necessidades dos residentes e dos turistas e melhorar a sua experiência de visita.

2. A Fábrica de Panchões Iec Long é um ponto turístico ideal para apresentar as três indústrias artesanais tradicionais de Macau, então, sugiro à Administração que enriqueça esse parque, instalando painéis para apresentar a história e as técnicas de fabricação de pivetes, fósforos e panchões. Deve ainda organizar *workshops*, por exemplo, sobre como se juntavam os panchões aos molhos, e, recorrendo a adereços, permitir aos participantes a experiência de fazer molhos de panchões, um processo que estava normalmente a cargo dos trabalhadores infantis, e assim conhecerem a história da indústria de panchões; podem ainda organizar-se *workshops* sobre o fabrico de pivetes em forma de cone, para os participantes conhecerem a história da cultura do incenso tradicional, bem como recordar a produção de pivetes e rituais religiosos do passado. Espera-se que o parque seja aproveitado para a organização de actividades interactivas e para pais e filhos, enriquecendo o conteúdo turístico temático e atraindo a visita de mais residentes e turistas.

3. A actividade “Visitando as Ruínas de S. Paulo no Espaço e no Tempo” está a receber marcações prévias para visitas, e acredita-se que esta experiência interactiva vai ser uma nova experiência para os turistas e residentes, atingindo o objectivo da promoção turística. Assim, sugiro que, depois, se proceda a um balanço dos resultados e se estude a possibilidade de estender este modelo a outros pontos turísticos que reúnam condições para tal, e que se conjugue isto com a exibição de filmes, para tentar, activamente, a cooperação entre as diferentes áreas da cultura, proporcionando aos residentes e turistas mais espaços de lazer com elementos artísticos e culturais.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 16.01.2023

Promover a articulação das políticas para facilitar a circulação de veículos de Macau

Com a publicação das “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” (doravante designadas por “Linhas Gerais”) em 2019, a circulação entre Macau e as outras cidades da Grande Baía é cada vez mais frequente e cada vez mais residentes de Macau vivem, trabalham, fazem negócios e estudam no Interior da China. Para concretizar as exigências das “Linhas Gerais”, foi lançada a política de permissão da entrada e saída do Interior da China dos veículos particulares de Macau via posto fronteiriço de Zhuhai da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, (adiante designada por política de “circulação de veículos de Macau na China”), e a partir do dia 20 de Dezembro do ano passado, começaram a ser recebidos os respectivos requerimentos, com vista a promover e facilitar a circulação de pessoas e veículos entre Guangdong e Macau. Segundo os dados das autoridades, até 12 de Janeiro deste ano, já mais de 20 mil pessoas tinham registado, com sucesso, as suas contas no sistema de serviços de gestão de informações.

Além disso, para facilitar ainda mais a circulação dos residentes de Macau em Hengqin, em 22 de Agosto do ano passado, a Zona de Cooperação Aprofundada também adoptou uma medida de liberalização total, isto é, eliminou o limite de 10 mil quotas para a entrada e saída de Hengqin de veículos de passageiros não comerciais de Macau. Até 16 de Dezembro de 2022, registaram-se, com validade, cerca de 10 mil veículos, e mais de 1 milhão e 970 mil veículos com matrícula única de Macau foram inspeccionados e autorizados a entrar e sair de Hengqin. Para além de beneficiar muitos residentes de Macau que criam negócios, trabalham e vivem em Hengqin, esta política também desempenha um papel importante no desenvolvimento de Hengqin e de Macau.

A intenção original das políticas de “circulação de veículos de Macau na China” e de “circulação veículos de matrícula única de Macau em Hengqin” é promover de forma contínua a economia e facilitar a deslocação diária dos residentes, mas, neste momento, o mesmo veículo motorizado não pode requerer simultaneamente as duas medidas referidas, ou seja, se os proprietários que já obtiveram a licença de “circulação veículos de matrícula única de Macau em Hengqin” pretenderem requerer a licença de “circulação de veículos de Macau na China”, têm de cancelar a primeira. Segundo sabemos, os residentes que têm a licença de “circulação veículos de matrícula única de Macau em Hengqin” só podem escolher entre estas duas opções, e alguns já cancelaram ou planeiam cancelar esta licença, para requererem a de “circulação de veículos de Macau na China”. Esta situação é um desperdício de tempo e dinheiro, que os residentes gastaram no requerimento, e contraria a intenção original da política de promoção da concretização do “Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”.

Segundo alguns requerentes, as duas políticas apresentam certa diferença ao nível da eficiência na apreciação e autorização e nos procedimentos de requerimento. Alguns requerentes dos veículos de matrícula única para circulação em Hengqin esperaram mais de dois meses para completar o processo, após a inspecção dos veículos. Como o seguro do veículo tem de ser adquirido ao mesmo tempo que a inspecção, no momento em que o veículo se torna elegível para entrar em Hengqin, já passou algum tempo da validade do seguro, resultando indirectamente numa perda monetária.

Para o efeito, gostaria de apresentar as seguintes opiniões e sugestões quanto à promoção da articulação das políticas e à optimização dos procedimentos de apreciação e autorização:

1. A circulação dos veículos de Macau na China é uma política importante do Estado para apoiar o desenvolvimento de Macau, e a sua promoção ajuda os residentes de Macau a integrarem-se, verdadeiramente, no desenvolvimento da Grande Baía e a aumentar a conveniência do transporte transfronteiriço. O aumento das vagas para a circulação em Hengqin de veículos de matrícula única também vai facilitar ainda mais as entradas e saídas dos residentes de Macau em Hengqin, e ambas as políticas visam promover a facilidade da passagem fronteiriça de pessoas e veículos entre Guangdong e Macau. Proponho às autoridades que mantenham a comunicação e coordenação com os serviços competentes do Interior da China, para a articulação entre os dois projectos, criando-se assim condições mais favoráveis para os residentes poderem fazer negócios, trabalhar e viver, de forma transfronteiriça, na Grande Baía.

2. Proponho às autoridades que avaliem, em conjunto com os serviços competentes do Interior da China e tomem como referência os procedimentos de apreciação e autorização da circulação dos veículos de Macau na China, para melhorar os procedimentos de requerimento dos veículos de matrícula única para circulação em Hengqin, encurtando o tempo necessário e definindo uma carta de qualidade, em termos do número máximo de dias de apreciação e autorização, para permitir que os requerentes tomem melhores providências de acordo com as suas necessidades. Proponho também às autoridades que negoceiem com os serviços competentes do Interior da China para ajustar a data de validade do seguro, para esta coincidir com a data em que o veículo fica oficialmente elegível para entrar em Hengqin, para evitar perdas monetárias aos requerentes.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 16.01.2023

Melhorar os procedimentos dos serviços funerários, para evitar que os residentes sofram mais um desgosto

Com a recente morte de pessoas com doenças subjacentes devido à COVID-19, a procura de serviços funerários aumentou significativamente, a procura é maior do que a oferta e, nos últimos tempos, as casas mortuárias têm estado sobrecarregadas, com problemas de funcionamento e de impossibilidade de tratamento dos restos mortais. Tanto o sector como os residentes esperam que o Governo trate, quanto antes, destas situações especiais, para assegurar que o sector funerário volte a funcionar eficazmente.

O Governo lançou, tendo em conta a situação real, a medida de “cremação rápida de emergência” e, recentemente, a de “cerimónia de despedida” com a duração de duas horas, em substituição das tradicionais formas que duravam um dia ou uma noite. Deixaram de ser obrigatórios o embalamento e selagem dos corpos e a inspecção sanitária, e os familiares podem escolher a forma da cerimónia, simplificando, assim, o processo, para que seja concluído num espaço de tempo mais curto. Se se optar pelo processo simplificado, não há lugar a maquilhagem dos corpos nem à prestação da derradeira homenagem, e se se optar pelos métodos tradicionais ou se quiser prestar a derradeira homenagem, é, então, necessário fazer marcação na casa mortuária, e esta organiza a cerimónia, segundo a ordem de marcação. Olhando para a tendência actual, a marcação e as formalidades vão demorar muito tempo, o que constitui um grande desafio para o armazenamento de cadáveres. Neste momento, as instalações são insuficientes, e até houve casos em que os cadáveres se deterioraram e apresentaram mau cheiro, dificultando o tratamento ordenado por parte dos familiares dos falecidos, impedindo os falecidos de terem um último momento com dignidade.

Tendo em conta a actual conjuntura de desenvolvimento, a infecção vai manter-se e, segundo as previsões e as mudanças da conjuntura internacional, vão ocorrer picos da epidemia. Há que acelerar a coordenação, com vista ao bom trabalho, à melhoria dos procedimentos dos serviços funerários e à garantia do funcionamento eficaz do sector.

Sugiro então o seguinte:

1. Segundo as autoridades, desde Dezembro até agora, morreram mais de 600 pessoas, número dezenas de vezes superior ao habitual, e é difícil tratar de todos os corpos num curto espaço de tempo. Os procedimentos administrativos estão simplificados, mas se não se encarar com seriedade o tratamento dos cadáveres, a qualidade dos serviços funerários fica afectada devido à desactualização dos procedimentos. As autoridades devem aumentar, provisoriamente, as câmaras frigoríficas para guardar os restos mortais, para as pessoas terem algum tempo

para ponderarem e tratarem melhor os assuntos funerários dos seus familiares falecidos.

2. Com a aproximação do Ano Novo Chinês, devido aos costumes tradicionais, muitas famílias têm arranjos especiais, em termos de tempo, para o processo de exumação. As autoridades devem inteirar-se dos hábitos e costumes tradicionais dos familiares dos falecidos, para organizarem melhor a data do tratamento dos cadáveres, para as pessoas poderem tratar, de forma estável e ordenada, dos assuntos funerários dos seus familiares falecidos, e para que estes possam concluir a sua última viagem com dignidade.

3. Os trabalhos de combate à epidemia terminaram, mas a epidemia ainda não passou, e ainda há novas variantes a surgir, por isso, os sectores da saúde, dos medicamentos e funerário vão continuar a sofrer pressões. Sugiro ao Governo que apoie o trabalho destes sectores, nomeadamente, que aligeire adequadamente as políticas, para que possam envidar esforços nos trabalhos de tratamento de cadáveres. Com o combate conjunto à epidemia, do Governo e da população, será possível minimizar o impacto para os residentes.

IAOD do Deputado Ma lo Fong em 16.01.2023

Clarificar, quanto antes, as instruções pedagógicas para enfrentar o novo capítulo da educação pós-epidemia

Com o fim do período transitório de prevenção epidémica, as instruções dos serviços de educação e a colaboração das escolas, docentes da linha da frente, pais e alunos, as escolas do ensino não superior retomaram, com sucesso, as aulas na passada segunda-feira. Segundo os dados oficiais, cerca de 60 por cento dos alunos foram infectados, principalmente do ensino secundário complementar, e a taxa de infecção dos jardins-de-infância e dos ensinos primário e secundário-geral é relativamente baixa. Segundo as opiniões dos Serviços de Saúde, nos primeiros três a seis meses após a infecção natural da Covid-19, haverá uma alta resistência ao vírus. Actualmente, mais de metade dos alunos de cada turma, ou até a maior parte, já foram infectados e recuperaram, e o Governo anunciou que a infecção da Covid-19 é classificada como doença endémica, portanto, os casos de infecção vão continuar a existir, e não se exclui a possibilidade da ocorrência de uma situação epidémica de pequena escala. As escolas são locais com grande concentração de pessoas, por isso o Governo deve adoptar medidas mais cautelosas para garantir a saúde e a segurança dos alunos. Mas a continuação da medida de suspensão das aulas caso numa turma existam 4 ou mais infectados merece ser estudada.

Tomando como referência as medidas de outras regiões para as escolas, por exemplo, segundo a nova versão das “Instruções de saúde para as escolas sobre a prevenção da doença do coronavírus 2019” de Hong Kong, as escolas podem organizar intercâmbios no Interior da China e no exterior numa situação viável, em articulação com as políticas e medidas do Governo, e o funcionamento das escolas e as exigências de prevenção epidémica de outras regiões, bem como os padrões de uso de máscaras para os docentes, funcionários e alunos, são ajustados segundo as instruções dos serviços de saúde locais. Em Taiwan, adoptaram-se medidas detalhadas e específicas, por níveis, sobre a suspensão das aulas ou os cuidados domiciliários. Tendo em conta o rumo geral das políticas, o Governo deve rever ou ajustar as medidas de prevenção para o ensino não superior, e espero que possa dar instruções claras sobre o desenvolvimento do ensino e actividades escolares, face à nova conjuntura.

Assim sendo, apresento três sugestões:

1. Estudar e avaliar a necessidade de ajustar os critérios de suspensão das aulas após o período de transição

Devido ao desenvolvimento da epidemia no período de transição da prevenção epidémica, o reinício das aulas presenciais do ensino não superior foi adiado. Se ocorrer novamente a suspensão das aulas, isso vai causar pressão nos planos

curriculares e no ensino, e influenciar os resultados da aprendizagem dos alunos. Propõe-se às autoridades que revejam, quanto antes, a situação do reinício das aulas antes das férias do Ano Novo Chinês e, tendo em conta o ajustamento das políticas de saúde, ajustem, adequadamente, as medidas de prevenção epidémica nas escolas; estudem e avaliem a viabilidade de optimização dos critérios de suspensão das aulas em caso de surto de doenças epidémicas, por exemplo, adoptar medidas por fases e aplicar critérios consoante os diferentes níveis de ensino, para as medidas serem mais flexíveis, respondendo melhor às necessidades de aprendizagem e de saúde dos alunos, para que as escolas tenham mais condições para desenvolver os trabalhos pedagógicos e de formação.

2. Definir instruções claras para a participação nas actividades desportivas dos alunos recuperados

O exercício físico de alta intensidade pode prejudicar a recuperação dos alunos e até pôr em risco a sua vida. Actualmente, em muitas escolas, as aulas de educação física passaram a ser teóricas. Com a Covid-19 a tornar-se uma doença endémica, é inevitável a ocorrência de casos esporádicos de infecção, o que poderá limitar o desenvolvimento das aulas de educação física, o que não favorece o reforço da qualidade física dos alunos e a realização de actividades desportivas escolares. Sugere-se às autoridades que definam orientações curriculares para as aulas de educação física, com vista à definição de critérios – intensidade do exercício físico ideal, ou que dêem conselhos sobre a participação nas aulas de educação física aos alunos após a recuperação, por exemplo, sobre o número de dias da suspensão de exercício de alta intensidade ou o tipo de desporto em que podem participar, para que os alunos recuperados da Covid-19 possam adaptar-se, quanto antes, reforçando gradualmente a sua condição física e a sua própria imunidade.

3. Retoma gradual das actividades extracurriculares e melhoria da experiência de aprendizagem dos alunos

No passado, em articulação com as necessidades de prevenção da epidemia e as orientações do Governo, as actividades como a educação fora da escola e a cooperação entre a família e a escola foram geralmente suspensas e, embora o Governo, as escolas e os encarregados de educação fornecessem, de forma activa, recursos pedagógicos adicionais para complementar as necessidades de aprendizagem dos alunos, a epidemia nos últimos três anos reduziu significativamente a experiência dos alunos em visitas ao exterior e actividades fora da escola, restringindo a sua experiência de vida e os seus horizontes. Sugiro ao Governo que dê o seu parecer sobre as actividades extracurriculares da escola e que, sob controlo adequado dos riscos, apoie as escolas com condições para realizarem, no próximo semestre, visitas ao exterior, viagens de estudo e actividades para pais e filhos. Ao mesmo tempo, para promover a normalização e regularização das actividades pedagógicas, devem ser criadas mais condições

favoráveis para que os alunos aprendam a viver e a ter memórias de crescimento mais completas.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 16.01.2023

Acelerar a construção da Bolsa de Valores de Macau e o desenvolvimento do sector financeiro moderno para contribuir para a recuperação económica dos sectores

O Governo afirmou que ia promover constantemente o desenvolvimento das quatro indústrias principais, para atingir o objectivo final de que cada uma delas represente 15 por cento do total das indústrias de Macau, com a percentagem total de 60 por cento das receitas fiscais. No ano passado, o sector financeiro passou a ser a segunda maior indústria, representando 15,4 por cento do valor acrescentado bruto do sector em geral. A determinação do Governo em diversificar a economia está à vista de todos, mas o pressuposto é estabilizar a base económica do sector do jogo. O Governo deve ainda relaxar e otimizar as condições comerciais dos promotores de jogo, para ajudar o sector a expandir os seus mercados no exterior, e deve ainda lutar junto do Governo Central para a Bolsa de Valores estabelecer-se em Macau. Os sectores financeiro e do jogo podem complementar-se, formando assim vantagens complementares entre as indústrias e produzindo sinergias, isto é, efeitos de complementaridade de vantagens de “1 + 1 maior que 2”.

O valor total dos activos da indústria financeira atingiu 2700 mil milhões de patacas: 19 vezes o valor registado antes do retorno à Pátria. Com o apoio do Governo Central e os esforços do sector financeiro, a dimensão do mercado obrigacionista de Macau tem vindo a expandir-se de forma progressiva, por isso o desenvolvimento da indústria financeira de Macau é a melhor escolha, devendo mesmo acelerar a construção da Bolsa de Valores de Macau. Se Macau conseguir o apoio e a ajuda do País, elevar o seu estatuto financeiro e estabelecer a quinta Bolsa de Valores do País, servindo como base principal e criando instituições regionais em Hengqin, Zhuhai, fazendo bom uso das vantagens de Macau para desenvolver, de forma divergente, as operações de liquidação em Renminbi com outras bolsas de valores, isto vai constituir um marco significativo. Primeiro, a economia nacional é enorme; só na província de Guangdong há dezenas de milhares de empresas de alta e nova tecnologia a nível nacional, mas apenas algumas centenas estão cotadas na bolsa. Se, no futuro, essas empresas puderem ser objecto de cotação na Bolsa de Valores de Macau, será então o principal “Blue Ocean Market” de Macau e, por outro lado, será benéfico para o financiamento e desenvolvimento das empresas do Interior da China. Segundo, sendo uma plataforma importante para os Países de Língua Portuguesa, Macau possui uma certa coerência no sistema jurídico, o que ajuda a explorar os mercados desses países. Terceiro, prevê-se que o sector do jogo de Macau se irá desenvolver em grande escala nos mercados do Sudeste Asiático e do exterior, o que contribuirá para atrair a entrada e o investimento de capitais estrangeiros em Macau e, ao mesmo tempo, beneficiará os dois grandes sectores: jogo e finanças.

Na sociedade, existem diferentes vozes sobre a criação da Bolsa de Valores em Macau, que não é fácil. Para já, o mais urgente é apoiar o sector na exploração activa do mercado estrangeiro através de apoio e melhoramento do ambiente de exploração das concessionárias do jogo, como: melhorar os cálculos das comissões, delimitar e aperfeiçoar o âmbito de exploração para evitar a concorrência desleal e estabilizar a base das receitas fiscais, caso contrário, com a queda significativa das receitas fiscais, não faria sentido que todos os sectores aumentassem a respectiva percentagem. Se, no futuro, o sector do jogo conseguir recuperar com o mercado estrangeiro, atrair mais capital estrangeiro e investir, através da Bolsa de Valores de Macau, nos novos mercados de operações de liquidação em RMB, forma-se assim um círculo vicioso, que pode contribuir para um grande impulso no sector do jogo de Macau, nas quatro novas indústrias e no financiamento e desenvolvimento de novas e altas empresas do Interior da China.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 16.01.2023

Divulgação da Lei Básica de Macau e da política "Um País, Dois Sistemas"

2022 foi um ano extraordinário. Com o sucesso da realização do 20.º Congresso Nacional, a construção de um país socialista forte e moderno é a nova marcha. A RAEM beneficia do novo desenvolvimento do País, bem como do grande ajustamento das políticas de prevenção epidémica introduzido no início deste ano. As medidas de passagem das fronteiras permitem a circulação normal das pessoas, e a sociedade retomou a normalidade, o que é um bom início de 2023.

Após o grande desafio da epidemia, Macau continua a ter boa capacidade de recuperação. Isto é inseparável do apoio da Pátria, da implementação correcta da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau (adiante designada por Lei Básica), da aplicação bem-sucedida da política "Um País, Dois Sistemas" e da implementação do princípio "Macau governado por patriotas". Por ocasião do trigésimo aniversário da promulgação da Lei Básica, em 2023, tenho duas sugestões para dar continuidade a esta vantagem:

1. Dar um novo significado à divulgação e sensibilização da Lei Básica

O Governo tem dado grande importância à divulgação e sensibilização da Constituição e da Lei Básica, incorporou-as nos currículos do ensino superior e não superior, e organizou várias actividades, nomeadamente, formação de professores, palestras, curtas-metragens e competições sobre design no âmbito de actividades escolares. A Associação Promotora da Lei Básica de Macau e a Associação de Divulgação da Lei Básica de Macau têm, em diferentes períodos, desenvolvido muitos trabalhos de promoção da Lei Básica, e as suas realizações estão à vista de todos. Ao entrarmos no 30.º aniversário da promulgação da Lei Básica, a divulgação e sensibilização devem evoluir com os tempos, por isso, há que acrescentar mais conteúdos para aumentar a eficácia da sensibilização, nomeadamente, as vantagens do sistema político do País, os princípios do centralismo democrático, a relação entre a liderança do partido e o sistema de governação nacional, etc., para melhorar a compreensão da "confiança institucional" do país por parte dos estudantes e reforçar a sua confiança na implementação estável e duradoura do princípio "um país, dois sistemas".

2. Transformar a educação cívica da Galeria Comemorativa da Lei Básica de Macau em educação sobre a realidade nacional

Por ocasião do 20.º aniversário da promulgação da Lei Básica, o Governo criou a Galeria Comemorativa da Lei Básica de Macau, que se tornou numa plataforma importante para a divulgação, generalização e estudo da Lei Básica. O

desenvolvimento que Macau alcançou até hoje deve-se à implementação da Lei Básica e do princípio “Um País, Dois Sistemas”, o que deu lugar à atribuição a Macau de alto grau de autonomia e do posicionamento de “Um Centro, Uma Plataforma, Uma base” pelo Governo Central. A Galeria Comemorativa deve integrar a Lei Básica e fazer uma apresentação sobre os êxitos no desenvolvimento, deve ainda actualizar periodicamente o conteúdo *online* e *offline*, divulgar dinamicamente o princípio “Um País, Dois Sistemas”, para os residentes e turistas terem conhecimentos correctos sobre a realidade nacional da China e os respectivos regimes.

No Relatório do 20.º Congresso Nacional, o Secretário-Geral Xi Jinping refere que: “[o] princípio de “um país, dois sistemas” é uma grande inovação do socialismo com características chinesas, também o melhor arranjo institucional para manter a prosperidade e a estabilidade duradouras em Hong Kong e Macau após seu retorno à pátria. Por isso, devemos persistir nesse princípio ao longo dos tempos”. Devemos então continuar empenhados, implementar o espírito do 20.º Congresso Nacional, compreender correctamente a Constituição e a Lei Básica, implementar rigorosamente o princípio “Um País, Dois Sistemas”, avançar com a integração na conjuntura do desenvolvimento nacional e promover pragmaticamente o desenvolvimento de Macau em todos os aspectos, em prol do bem-estar da população e da partilha da glória do desenvolvimento e rejuvenescimento nacional.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 16.01.2023

Reinício das aulas e medidas de prevenção epidémica nas escolas

Para assegurar a saúde dos docentes e alunos, a DSEDJ dispôs com todas as escolas do ensino não superior de Macau a prorrogação do reinício das aulas presenciais após as férias de Natal. Recentemente, as escolas do ensino não superior já retomaram as aulas, e as autoridades definiram orientações para a prevenção da epidemia nas escolas, desde o início do recomeço das aulas até aos feriados do Ano Novo Lunar, exigindo a todo o seu pessoal, incluindo o pessoal docente, os trabalhadores e os alunos, que não tenham sido infectadas, a declaração diária do resultado do teste de antigénio, mantendo o critério de suspensão das aulas de cada turma se forem detectados quatro casos positivos no mesmo dia.

Actualmente, as diversas medidas de prevenção da epidemia em Macau estão a ser gradualmente relaxadas, mas isso não significa que a epidemia já tenha passado, e, mesmo que a infecção pelo novo tipo de coronavírus seja classificada como doença endémica, ainda traz riscos para os residentes, especialmente idosos e crianças. O Governo, para além de ter um plano geral estável, deve estar sempre atento à evolução da epidemia, ajustar, de forma ordenada, as suas políticas e medidas, a fim de evitar uma nova subida em grande escala, permitindo que a vida quotidiana dos alunos volte a ser normal e que os encarregados de educação também possam ficar descansados. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. O Governo já definiu as orientações para a prevenção epidémica antes da retoma das aulas e, até ao presente, ainda não há turmas suspensas e afectadas devido à epidemia. Mas, durante os feriados do Ano Novo Chinês, os visitantes vão aumentar, e muitos residentes regressarão à terra natal para visitar familiares, portanto, a situação epidémica pode sofrer alterações após os feriados. Espera-se que o Governo não baixe a guarda, efectue bem os planos e preparações de contingência, e ajuste atempadamente as orientações referidas e as políticas de ensino, segundo a situação epidémica mais recente.

2. As informações sobre a epidemia são muitas e espera-se que o mecanismo de comunicação tripartida entre o Governo, as escolas e os encarregados de educação continue a ser bem feito, e a transmissão atempada de informações ou orientações importantes, que mudam sempre, possa ser assegurada, para as escolas poderem rapidamente aplicá-las e os encarregados de educação tomarem também, rapidamente, as medidas adequadas segundo as suas necessidades, para uma melhor articulação com as políticas respectivas do Governo.

3. Após três anos de prevenção da epidemia nas escolas, os alunos precisam de tempo para se adaptarem após o reinício das aulas, por isso sugere-se que as escolas e os pais prestem mais atenção ao ritmo de vida, ao progresso da

adaptação à aprendizagem, ao estado emocional, à comunicação com os outros alunos, entre outros, e apoiem, em particular, os alunos com necessidades educativas especiais (NEE), incluindo os que têm dificuldades especiais de aprendizagem, défice de atenção, autismo, etc., a fim de reduzir a ansiedade devido à sua readaptação à aprendizagem e à vida escolar.

4. O levantamento gradual das diversas medidas de prevenção da epidemia é, sem dúvida, um passo importante para a recuperação da sociedade, mas, para cuidar da saúde dos idosos, crianças e grupos vulneráveis, não se pode negligenciar, e é necessário continuar a manter a barreira de protecção contra o vírus. O Governo deve continuar a assegurar o fornecimento estável de diferentes tipos de vacinas, dando prioridade à vacinação dos residentes e, ao mesmo tempo, a promover a vacinação para os idosos e crianças, e a aumentar, em particular, a taxa de vacinação dos alunos, para evitar as infecções em grupo nas escolas.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 16.01.2023

A Lei n.º 19/2019 (Lei da arbitragem) entrou em vigor em Maio de 2020, após a sua aprovação na AL em 17 de Outubro de 2019. Mas o mecanismo de arbitragem não foi amplamente utilizado pela sociedade de Macau, pois, como o volume de negócios das instituições autorizadas para a arbitragem não é suficiente, restam apenas duas de natureza geral e um centro de arbitragem especializado, que ainda se encontram em funcionamento; regista-se especialmente a falta de um mecanismo em Macau para o sector da construção civil, que é o que mais recorre à arbitragem a nível internacional.

Devido à não utilização plena do mecanismo de arbitragem, são muitos os litígios decorrentes de obras de construção civil instaurados por via judicial. A maioria envolve questões fortemente profissionais, como, as técnicas de obras, os critérios, o funcionamento e a avaliação, etc. Tanto os órgãos judiciais como ambas as partes, acusadora e defensora, têm de contratar profissionais para se pronunciarem, ajudando os juízes na tomada de decisões, tratando-se de um período de gasto significativo de tempo e de recursos financeiros. Quando uma parte não se conforma com a sentença da primeira instância, recorre-se de novo, o que resulta num grande consumo dos recursos sociais e benefícios de todas as partes.

Quanto aos litígios resultantes dos contratos de construção civil, tanto na China como no estrangeiro, recorre-se, em geral, à conciliação, à arbitragem ou ao processo judicial para a sua resolução. Em Macau, recorriam sempre à conciliação, que era o método ideal na altura. Mas, devido ao seu rápido desenvolvimento após a transferência de soberania, o número de obras aumentou dezenas de vezes, o montante dos contratos de obras é avultado, e as entidades construtoras e empreiteiros, na sua maioria, são empresas multinacionais e cotadas na bolsa, nem sempre sendo possível chegar-se a um consenso através da conciliação. Como o regime de arbitragem de Macau não era maduro, quando não fosse possível resolver os conflitos por meios comerciais, ambas as partes recorriam aos órgãos judiciais, aumentando assim o número de processos relativos às obras. Como o julgamento destes casos era demorado, muitas vezes, os litígios continuavam por resolver depois de concluídas as obras e até findo o prazo de garantia. Assim, é importante e premente promover o mecanismo de arbitragem na área em questão.

Os litígios respeitantes às obras de construção envolvem, geralmente, muitos conhecimentos especializados, ao nível de técnicas de engenharia e contratos, assim, o juiz, para o julgamento, deve assegurar a compreensão profunda dos respectivos princípios técnicos e contratuais. Para um especialista de direito que tem de aprender operações de engenharia, é verdadeiramente um exercício de aprendizagem e perda do tempo. Quanto à arbitragem, os membros do tribunal arbitral são nomeados pelas partes litigantes ou designados pela instituição arbitral ao abrigo das regras. O tribunal arbitral julgará e determinará os litígios, e

a decisão arbitral será, em princípio, definitiva e terá força de lei. As partes litigantes podem requerer aos tribunais de Macau a execução da decisão arbitral sem necessidade de um novo julgamento por tribunais, o que contribui para poupar, significativamente, recursos humanos e tempo. Assim, a arbitragem é agora utilizada no sector da construção civil no Interior da China e no estrangeiro quando a mediação falha, a fim de poupar as taxas de justiça elevadas, para além da resolução mais eficaz de litígios.

Proponho às autoridades o seguinte:

1. Criar um mecanismo de arbitragem no âmbito de contratos de obras públicas, encorajando recorrer à mediação ou arbitragem para resolução de litígios, para poupar os recursos sociais e libertar maiores esforços para a construção de Macau.

2. Adoptar medidas para encorajar as empresas a fazer mais uso do mecanismo de arbitragem de Macau para surtir melhor o efeito do sistema jurídico, que foi implementado há já muito tempo.

3. Reforçar a formação dos profissionais experientes e locais do sector da construção civil para se tornarem árbitros, para que a oportunidade de participar na arbitragem seja reservada à população local.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 16.01.2023

Promover, de forma estável, o desenvolvimento das finanças verdes de Macau

A concretização da “dupla meta de carbono” é uma missão importante na nova fase de desenvolvimento do nosso país, e o desenvolvimento do sistema financeiro verde é uma exigência necessária para impulsionar a sua reforma. O desenvolvimento saudável e estável das finanças verdadeiras tem então um significado positivo para explorar os caminhos para a implementação do valor dos produtos ecológicos e para transformar, quanto antes, “águas lícidas e montanhas exuberantes” em “bens inestimáveis”.

O Relatório do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China destaca a necessidade de “aperfeiçoar as políticas de tributação, finanças, investimento e de fixação de preço e o sistema de padrões para apoiar o desenvolvimento verde” e as Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía também referem que importa “apoiar Macau (...) a procurar um desenvolvimento divergente do das regiões vizinhas, estudar a criação em Macau de uma bolsa de valores em que a cotação e liquidação se realizem em Renminbi, uma plataforma financeira verde e uma plataforma de serviços financeiros entre a China e os países de língua portuguesa”. Pode dizer-se que Macau tem condições para desenvolver ainda mais as finanças verdes.

Macau tem a vantagem da localização, por ser a “intersecção” do duplo ciclo do país, e a vantagem institucional de “um país, dois sistemas”. Enquanto importante cidade da Grande Baía, o seu mercado financeiro está plenamente articulado com o mercado internacional e está a acelerar a sua integração com o Interior da China. Quanto às finanças verdes, Macau deve reforçar a concepção no topo da pirâmide, melhorar o mecanismo eficiente de longo prazo para o desenvolvimento das finanças verdes, expandir activamente o negócio do crédito verde e desenvolver o mercado de obrigações verdes. Primeiro, deve tomar a iniciativa de se articular com as normas das finanças verdes do Interior da China, clarificar uma série de medidas, tais como políticas fiscais relacionadas com o desenvolvimento verde, e promover activamente serviços diversificados, incluindo obrigações verdes, crédito verde, financiamento ao consumo pessoal verde, etc.; segundo, deve acelerar o desenvolvimento de um mercado de títulos em Renminbi e de uma plataforma de finanças verdes; e terceiro, deve participar activamente na cooperação internacional e tomar a iniciativa de se articular com as normas internacionais, para utilizar melhor as vantagens das finanças verdes na promoção da diversificação económica de Macau.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Acelerar o desenvolvimento do sistema financeiro verde de Macau, construindo um sistema de vários níveis, abrangente e sustentável. Através da

optimização do ambiente financeiro de negócio, do aumento da eficiência na alocação verde de recursos financeiros e do reforço da inovação de produtos, como crédito verde, seguros verdes e títulos de dívida verdes, os produtos e serviços financeiros verdes vão ser constantemente enriquecidos.

2. Aperfeiçoamento do mecanismo de incentivo às finanças verdes. O grande volume de investimento em projectos verdes e de baixo carbono não depende apenas do investimento financeiro do Governo, é necessário orientar e incentivar a participação de capital social, criando um sistema de investimento e financiamento a vários níveis, no qual o capital do Governo e o capital social se complementam, formando assim um sistema de investimento e financiamento multifacetado e complementar.

3. O desenvolvimento das finanças verdes da Grande Baía está no bom caminho, mas há que fazer bem a “atração de investimento” e a “expansão para o exterior”. Há então que apoiar as empresas da Grande Baía na emissão, em Macau, de títulos de dívida com certificação e etiqueta verdes, e as entidades financeiras de Guangdong na emissão, em Macau, de títulos de dívida e outros produtos financeiros verdes, angariando fundos para apoiar a construção de indústrias e projectos verdes na Grande Baía.

Face à grande dimensão da economia e da população da Grande Baía, a procura de energia e as emissões de carbono têm aumentado nos últimos anos. Sob o objectivo nacional da “dupla meta de carbono” e de “tornar a Grande Baía numa zona com condições de habitação, emprego e turismo”, a sua transformação verde será acelerada nas áreas da indústria, energia, transportes, infra-estruturas, construção e cadeias de abastecimento, e as necessidades de investimento e financiamento verde das respectivas empresas serão mais estimuladas, criando-se algumas oportunidades de negócio ao nível das finanças verdes. Assim, sugiro a definição de políticas de apoio, e o reforço do apoio financeiro às indústrias verdes e à protecção ambiental, entre outras áreas prioritárias da Grande Baía, como por exemplo, a expansão da dimensão do crédito verde, o apoio ao desenvolvimento das indústrias verdes e respectivas empresas, contribuindo-se para concretizar, quanto antes, os objectivos de “atingir o pico de carbono” e “alcançar a neutralidade de carbono”.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 16.01.2023

Acelerar o desenvolvimento dos cuidados de saúde inteligentes em Macau

Com o desenvolvimento da saúde digital, a utilização de meios digitais para gerir a saúde dos pacientes no processo de tratamento já é uma tendência. Já em 2016, a China propôs o modelo de serviço "*Internet + Cuidados de Saúde*" e implementou-o activamente. E no contexto da epidemia, em particular, a consulta e a prescrição de medicamentos *online*, e a entrega de medicamentos *offline* tornaram-se normalidade, satisfazendo, plenamente, as necessidades médicas do público em geral.

Recentemente, a China alargou a cobertura desse modelo de serviços à medicina tradicional chinesa, e propôs aprofundar o desenvolvimento da medicina tradicional chinesa inteligente, promover as consultas *online*, dispensários inteligentes, consultas complementares inteligentes de medicina tradicional chinesa, etc., e concretizar os serviços médicos inteligentes *online* e *offline* abrangendo todas as fases da consulta: consulta-diagnóstico, consulta e acompanhamento pós-consulta. Mas, em Macau, o desenvolvimento desta vertente de serviços ainda é lento.

O Governo está a promover activamente o desenvolvimento da saúde inteligente, que é um dos serviços importantes para a vida da população de Macau. Espero que recorra, com base no princípio "ter por base a população", à aplicação de informações, à inteligência artificial e à *Internet* das coisas, para melhorar o sistema de saúde e facilitar o acesso do público às consultas.

Mas, durante a epidemia, só os hospitais públicos e privados é que disponibilizaram consultas *online*. A plataforma electrónica de registo de saúde (eHR), lançada no ano passado, ainda não é popular, e são poucas as instituições médicas participantes.

As clínicas privadas assumem mais de 70% dos cuidados de saúde comunitários, mas não estão cobertas totalmente pelos serviços de saúde inteligentes. Existem restrições quanto à entrega de medicamentos prescritos, à forma de consulta *online* e ao âmbito de aplicação, bem como ao planeamento do sistema de saúde inteligente. Assim, a sociedade espera que o Governo acelere o aperfeiçoamento dos respectivos diplomas legais e instruções de fiscalização, optimize o modelo de prestação de cuidados de saúde *online* e *offline*, e assegure o desenvolvimento a longo prazo dos cuidados de saúde inteligentes em Macau.

Assim, proponho o seguinte:

1. A 5G em Macau desempenha um papel impulsionador no desenvolvimento da medicina inteligente, possibilitando a prestação de serviços inovadores, como cirurgias remotas e consultas por videochamada. Por isso, espero que o Governo

acelere a extensão da cobertura das instalações e equipamentos 5G, introduza mais equipamentos médicos inovadores e aperfeiçoe as infra-estruturas complementares, em prol do avanço da medicina inteligente e do aumento da qualidade e eficiência dos serviços médicos.

2. Para concretizar o princípio “ter por base a população”, a medicina inteligente deve ser promovida nas instalações médicas públicas e também nas clínicas privadas. Proponho que o Governo aproveite a Plataforma de Registo de Saúde Electrónico (eHR) para explorar, ainda mais, a possibilidade da prestação de serviços médicos inteligentes, como consultas *online*, nas clínicas privadas, para reforçar o efeito de triagem. Pode também tomar como referência a prática do Interior da China, alargando a cobertura destes serviços à medicina tradicional chinesa, para facilitar a vida da população.

3. O desenvolvimento da medicina inteligente vai ter de lidar, sem dúvida, com diferentes constrangimentos jurídicos, por isso, sugiro ao Governo que, no processo do seu desenvolvimento, reveja e aperfeiçoe os diplomas legais correspondentes, optimize os critérios de fiscalização e crie um regime de fiscalização dos novos modelos médicos e do uso de equipamentos, para assegurar a supervisão da medicina inteligente e garantir a qualidade dos serviços médicos.

IAOD do Deputado Wong Sai Man em 16.01.2023

Macau tem de preparar-se para receber clientes e promover a recuperação económica

Com a entrada em 2023, as políticas nacionais de prevenção da epidemia foram gradualmente relaxadas, e devido ao grande fluxo de pessoas nos pontos turísticos, Macau vai recuperando lentamente. Acredita-se que, este ano, com a conjugação de todos os factores favoráveis, não será difícil atingir novamente o número de visitantes do período pré-epidemia.

Devido a epidemia dos últimos três anos, muitas lojas fecharam e o ambiente de negócio ficou fraco, o que não corresponde às expectativas dos turistas, por isso, o Governo e os sectores devem dar muita importância sobre como criar um bom ambiente de consumo para os turistas que visitam Macau na fase pós-epidemia, caso contrário, não só se afecta a experiência dos turistas, sobretudo quanto ao “*check in*” dos pontos turísticos nas redes sociais, como também a imagem e o encanto de Macau.

Segundo os sectores em causa, os recursos humanos são metade dos que existiam antes da epidemia, metade têm experiência e metade têm pouca, por isso, o mais urgente é aumentar rapidamente o pessoal. A falta de pessoal e de pessoal com experiência afecta a experiência dos turistas e a reputação das lojas.

1. Em relação às empresas que querem iniciar ou retomar as suas actividades, espero que os serviços competentes apreciem, quanto antes, as licenças, os planos de prevenção contra incêndios e as obras de remodelação, para as empresas existentes poderem retomar as suas actividades e as novas poderem iniciar as suas. Para as empresas que encerraram, há que disponibilizar condições para poderem retomar as suas actividades, encorajando-as a fazê-lo rapidamente, para aumentarem os negócios durante a Primavera e darem resposta às necessidades dos visitantes.

2. A DSAL prometeu às empresas que tomaram a iniciativa de devolver as quotas de importação de mão-de-obra que, posteriormente, se as pedissem novamente para o desenvolvimento das suas actividades, a apreciação dos pedidos seria concluída em pouco tempo. Espero que cumpra essa promessa, para as empresas poderem retomar rapidamente o caminho correcto. Além disso, quanto à entrada de não residentes, espero que as autoridades revejam e otimizem as actuais formalidades e reforcem a comunicação com os serviços competentes do Interior da China, para que as formalidades de emissão de título de entrada em Macau possam ser tratadas de forma mais conveniente e sem sobressaltos.

3. Com a recuperação dos sectores da hotelaria e do turismo, é de crer que aumente o recrutamento de trabalhadores locais por parte das operadoras do jogo,

portanto, vão lutar por trabalhadores com as micro e as PME. Estas empresas parecem uma “esponja”, e durante a pandemia transformaram-se num “centro de formação” de pessoal qualificado para as grandes empresas, o que não foi nada fácil, portanto, estão preocupadas que, após a recuperação da economia, fiquem a ver o pessoal a ser “absorvido” pelas grandes empresas, e, assim, vão enfrentar mais uma vaga de “angústia pós-pandemia”. Espero que os serviços competentes prestem mais atenção às políticas e medidas relativas aos recursos humanos das micro e das PME, no sentido de assegurar que estas tenham mão-de-obra suficiente e estável, proporcionando melhores experiências de serviços aos residentes e visitantes.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 16.01.2023

Alargamento das fontes de turistas mundiais e empenho na construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer

O Governo da RAEM ajustou e optimizou atempadamente as restrições fronteiriças de Macau de acordo com as novas medidas nacionais de prevenção e controlo da epidemia, trazendo novas oportunidades para o desenvolvimento turístico e injectando em Macau uma forte força e confiança. Sob a liderança do Chefe do Executivo, o Governo levou todos os sectores a empenharem-se na recuperação do turismo e da economia. O Governo tomou a iniciativa de apoiar a indústria turística no seu reforço contínuo de promoção e de divulgação *online* e *offline* do turismo local. Foram atempadamente lançadas medidas como descontos nos “hotéis + bilhetes de avião”, apoio financeiro às excursões do Interior da China para Macau, oferta de bilhetes de barco para os turistas de Hong Kong que pernoitem em Macau, etc. Durante o Ano Novo Lunar, a Avenida de Almeida Ribeiro será fechada ao trânsito para se realizar a actividade “Passeando pela Almeida Ribeiro — Projecto-piloto para área pedonal” e, mais, vai-se procurar organizar neste ano mais de 700 convenções e exposições, para expandir activamente as fontes de turistas de todo o mundo e acelerar o desenvolvimento da economia e do turismo com acções concretas.

O sector hoteleiro e do turismo tem cooperado activamente com o Governo na expansão das fontes de visitantes, oferecendo produtos turísticos e serviços de qualidade com uma boa relação custo-benefício, e acolhendo com entusiasmo os visitantes de todo o mundo. Ao mesmo tempo, é exigido aos operadores turísticos que mantenham um desenvolvimento estável e ordenado dos preços no mercado, evitando grandes flutuações num curto espaço de tempo e, em especial, o aumento arbitrário dos preços durante os feriados do Ano Novo Lunar, para salvaguardar a imagem de Macau como cidade segura de turismo e lazer a nível mundial.

O mercado turístico do Interior da China é o principal mercado de visitantes de Macau, por isso, para além de se continuar a aumentar o número de turistas de visto individual em Macau, sugiro um esforço para abrir rapidamente as excursões do Interior da China para Macau. Quanto aos mercados estrangeiros, devem ser reforçados os resultados das medidas preferenciais para atrair visitantes, combinando produtos turísticos inovadores e de qualidade através de promoções de *marketing* eficazes, e aproveitando plenamente as condições favoráveis para a construção de grandes destinos turísticos na Grande Baía. É necessário elevar a competitividade internacional do turismo de Macau; e apoiar as companhias aéreas na recuperação e expansão dos destinos e rotas que ligam Macau a outras regiões, e também na sua exploração do mercado turístico mundial.

Macau é uma cidade mundialmente famosa pela sua história e cultura, caracterizada pela fusão das culturas oriental e ocidental, e pela sua riqueza

cultural, com muitas construções e monumentos históricos situados nos bairros antigos, além de uma rica gastronomia típica. Através do reforço da divulgação, promoção e preservação do Centro Histórico de Macau e dos monumentos com valor histórico, pode-se atrair mais turistas para conhecerem a cultura única de Macau, sentir os costumes e as tradições, e provar a gastronomia típica de Macau, experienciando uma viagem inesquecível e consolidando a imagem de Macau como uma cidade de turismo cultural.

De acordo com a estratégia de “1 centro + 4 indústrias principais” para diversificação do desenvolvimento de Macau, definida pelo Chefe do Executivo, e tendo em conta o objectivo de transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer, deve-se acelerar o desenvolvimento diversificado do sector do turismo e de lazer, e a integração do turismo de Hengqin e de Macau. Para o desenvolvimento sustentável e favorável do sector do turismo em Macau, será necessário o reforço do planeamento e a sua rápida implementação, para elevar a competitividade turística e promover activamente a construção de Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer, com acções concretas e resultados eficazes.

IAOD dos Deputados Pang Chuan e Kou Kam Fai em 16.01.2023

Conhecer profundamente o papel de suporte fundamental e estratégico da educação, redigindo-se um novo capítulo que reflecta o espírito do 20.º Congresso Nacional

Segundo o Relatório do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, “a modernização ao estilo chinês oferece novas opções para a realização da modernização da humanidade”, e “a educação, a ciência, a tecnologia e os talentos constituem um suporte fundamental e estratégico para a construção integral de um país socialista moderno”. Macau, enquanto região administrativa especial sob plena administração do Governo Central, deve integrar-se na modernização ao estilo chinês. A educação é pedra angular do rejuvenescimento da nação e do processo social, traduzindo-se num projecto que beneficia o presente e o futuro. Por isso, assegurar o desenvolvimento da educação, apoiar a integração dos jovens na modernização ao estilo chinês e alcançar a prosperidade e estabilidade de Macau a longo prazo são novas missões estratégicas e responsabilidades históricas do sector educativo.

Fazendo uma retrospectiva da história, por detrás da prosperidade do país, esteve sempre o desenvolvimento através da ciência, tecnologia e educação. Olhando para o mundo, o rápido desenvolvimento resultante da revolução científica, tecnológica e industrial evidencia a importância da criatividade e da inovação, e estas dependem da formação de talentos e, no fundo, da educação.

Ao entrar numa nova fase de desenvolvimento pós-epidemia, Macau vai enfrentar uma concorrência a nível mundial cada vez maior na área da ciência e tecnologia e na procura de talentos, portanto, a promoção da educação científica e a formação de talentos merecem reflexão profunda do sector educativo.

Assim, partilhamos aqui duas ideias:

1. Insistir no desenvolvimento prioritário da educação, para responder às necessidades da nova jornada da nova era. Os talentos impulsionam a produção e a criação de conhecimentos, por isso, as instituições de ensino superior assumem o papel de promotor do progresso científico e da inovação industrial, servindo como principal motor da investigação e berço de grandes avanços tecnológicos, enquanto o ensino básico se responsabiliza pelo fomento do aumento geral da literacia científica da população e por cultivar o espírito inovador.

A implementação de estratégias para desenvolver a diversificação adequada «1+4» faz com que a procura por conhecimento e talentos nas áreas da inovação e tecnologia seja mais premente do que nunca, destacando-se a importância de “promover a prosperidade de Macau através da educação”. Devemos então aproveitar a construção das instalações educativas na Zona A dos Novos Aterros, para desenvolver ainda mais o papel dos estabelecimentos de divulgação

científica, das instituições de ensino superior e dos laboratórios de referência do Estado em Macau, reforçando a promoção do desenvolvimento da educação inteligente, como forma de concretizar a modernização da educação, o desenvolvimento de alta qualidade da educação e a formação de mais talentos na área tecnológica.

2. Avaliar, de forma dinâmica, as medidas de prevenção e controlo, criando uma nova era e um novo cenário para as escolas. Os trabalhos de prevenção e controlo da epidemia já entraram numa nova fase, então, esperamos que as orientações para as escolas e as actuais medidas sejam avaliadas e ajustadas atempadamente, para se retomar, quanto antes, a vida colectiva normal nas escolas, sob o pressuposto de assegurar a saúde dos docentes e alunos. A evolução da epidemia nas escolas após os feriados do Ano Novo Chinês vai ser a nossa primeira barreira. Ao mesmo tempo, temos de prestar mais atenção à saúde física e mental dos alunos, e prestar apoio aos que necessitarem.

O ano de 2023 assinala o início da implementação do espírito do 20.º Congresso Nacional, e também o 30.º aniversário da promulgação da Lei Básica de Macau. Nesta nova jornada, esperamos que todos os sectores continuem unidos, apoiando o Governo na busca do desenvolvimento contínuo e na obtenção de resultados eficazes através da inovação. Por sua vez, o sector educativo deve juntar esforços e dedicar-se aos trabalhos desta nova jornada da nova era e à formação de talentos que amem a Pátria e Macau, dando novos contributos para a plena promoção do rejuvenescimento da nação chinesa.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 16.01.2023

Criar mecanismos para as equipas e as PME locais beneficiarem do investimento das operadoras em actividades não-jogo

Os novos contratos de concessão para a exploração de jogos de fortuna ou azar em casino entraram em vigor no dia 1 de Janeiro de 2023, e as seis empresas prometeram um investimento total de 118,8 mil milhões de patacas: 108,7 mil milhões são para a expansão dos mercados de clientes estrangeiros e para o desenvolvimento de projectos não-jogo, e os restantes 10,1 mil milhões para projectos relacionados com o jogo. O investimento em actividades não-jogo é dez vezes mais do que para as actividades de jogo.

Quero salientar que concordo e apoio as concessionárias do jogo no reforço do desenvolvimento de projectos não-jogo, para aumentar a competitividade turística e, conseqüentemente, impulsionar o desenvolvimento diversificado da economia. No entanto, o sector do jogo vai continuar a ser, a curto prazo, a principal fonte de receitas, e de acordo com o actual plano de investimento, o investimento no sector do jogo representa apenas 8,5 por cento do total, por isso, duvido que este investimento seja suficiente para sustentar a qualidade do *software* e do *hardware* das instalações do jogo e diversões de Macau, e manter a sua posição de liderança a nível mundial nos próximos dez anos.

Além disso, nos “Contratos de Concessão para a Exploração de Jogos de Fortuna ou Azar em Casino” (adiante designados por “contratos de concessão”) das seis concessionárias, publicados na página electrónica da Inspeção e Coordenação de Jogos, não se encontra qualquer conteúdo relacionado com as responsabilidades empresariais que a sociedade espera há muito tempo. Por exemplo, quanto às cláusulas relativas aos trabalhadores ou empresas locais, apenas o artigo 36.º refere que a concessionária obriga-se a dar preferência, na contratação de empresas e trabalhadores para a execução dos projectos referenciados no Plano de Investimentos anexo ao presente contrato de concessão, às que exerçam actividades permanentes ou sejam residentes da RAEM, mas, não há quaisquer detalhes sobre como garantir o emprego e a ascensão profissional dos trabalhadores locais, nem como cooperar com as PME locais no futuro.

Quanto ao não-jogo, o orçamento atinge 91% do total do investimento. No entanto, de acordo com a apresentação feita pelas seis concessionárias na conferência de imprensa conjunta sobre o plano de desenvolvimento para os próximos dez anos, os projectos não-jogo consistem, principalmente, na construção de instalações de entretenimento de grande envergadura, na realização de espectáculos e competições de nível internacional, etc., mas o sector de Macau não sabe quais são os projectos que permitem a participação de equipas e das PME locais.

O Governo afirma que espera conseguir aumentar para 60% a proporção das indústrias não-jogo no PIB, através do investimento das concessionárias em projectos não-jogo, mas, tenho de salientar que, para além da promoção do desenvolvimento de projectos não-jogo das seis concessionárias, o Governo deve ainda considerar que não cabe às equipas das concessionárias desenvolver todos esses projectos, e deve utilizar melhor os recursos para impulsionar o desenvolvimento das PME dos diversos sectores de Macau e produzir efeitos sinérgicos, pois só assim é que será possível impulsionar o verdadeiro desenvolvimento diversificado e a vários níveis da economia de Macau.

Segundo o artigo 99.º das normas transitórias do contrato de concessão, a concessionária deve apresentar ao Governo, para aprovação, no mês de Março, o plano de execução dos projectos de investimento concretos para a concretização do plano de investimentos anexo ao contrato. O artigo 38.º estipula ainda que a concessionária deve apresentar ao Governo, para aprovação, até ao dia 30 de Setembro de cada ano, o plano de execução dos projectos de investimento concretos para a concretização do plano de investimentos anexo ao contrato que pretenda concretizar no ano seguinte, no qual deve constar, pelo menos, o conteúdo concreto dos projectos a executar no ano seguinte, o montante e o prazo de execução em causa. No entanto, quais são os planos? Até ao momento, o Governo e as concessionárias do jogo ainda não divulgaram quaisquer detalhes.

Solicito ao Governo que divulgue, quanto antes, os planos de execução dos projectos de investimento das seis concessionárias do jogo, para que as equipas locais interessadas e as PME possam preparar-se cedo. Deve-se ainda clarificar que as seis concessionárias do jogo, ao concretizarem os seus projectos não-jogo, não devem participar, através das suas equipas, em todos estes projectos. Devem ser criados mecanismos e plataformas adequados, para, através de mecanismos justos e transparentes, as equipas e as PME locais poderem investir e participar, de forma abrangente e multidimensional, nos projectos não-jogo das seis concessionárias, para estes projectos alcançarem maiores efeitos sinérgicos e multiplicadores.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 16.01.2023

Retirar ensinamentos e encarar a situação caótica da epidemia

Já se passou mais de um mês desde que o Governo da RAEM anunciou, no dia 8 de Dezembro de 2022, o relaxamento das políticas de prevenção da epidemia em Macau. No espaço de pouco mais de um mês, regressámos a uma situação relativamente normal pois alterámos o controlo rigoroso da “dinâmica de zero casos na comunidade”, reabrimos as fronteiras com Hong Kong e o interior da China, e levantámos a política de quarentena para quem chega do estrangeiro. Parece que tudo vai voltar ao que era antes da pandemia.

Apresento aqui os mais sinceros agradecimentos aos profissionais de saúde e trabalhadores da função pública da linha da frente. Todos sabem o sofrimento que a Covid causa na infecção, como febre alta, dores no corpo inteiro, tosse, cansaço... por isso, não se consegue imaginar a atitude e o pensamento dos profissionais de saúde e trabalhadores da função pública da linha da frente na prestação de serviços aos doentes. Acredito que toda a população de Macau e o Governo da RAEM viram o contributo dos profissionais de saúde e trabalhadores da função pública da linha da frente neste período especial, por isso, espero que o seu contributo não tenha sido em vão, pois merecem ser elogiados e compensados pelo seu espírito e pelo que fizeram.

Com o levantamento das medidas de prevenção epidémica, a propagação do vírus na comunidade agravou-se e o número de pessoas infectadas aumentou significativamente. Os medicamentos nas farmácias contra a febre e o xarope para a tosse são difíceis de encontrar. Houve mesmo quem comprasse medicamentos em Macau para os vender no Interior da China a preços elevados, mas, como a política de restrição foi implementada demasiado tarde, não conseguiu colmatar atempadamente o problema da dificuldade em adquirir medicamentos. Segundo as notícias, após a “abertura”, as chamadas de ambulância aumentaram significativamente, com uma média diária de 400 vezes. A epidemia, que aumentou bruscamente, teve um grande impacto no sistema de saúde, e os profissionais de saúde também foram infectados, o que resultou na insuficiência de pessoal e no aumento súbito da pressão de trabalho. Devido à rápida propagação do vírus, muitos profissionais de saúde infectados não tiveram tempo de descanso, mas continuaram firmes nos seus postos de trabalho mesmo com febre alta.

Nos últimos tempos, o número de mortes tem aumentado exponencialmente. Nos primeiros três trimestres de 2022, a média por trimestre foi de cerca de 600. Segundo os dados do Governo, só em Dezembro de 2022, registaram-se 600 mortes devido à COVID-19 e aos seus sintomas derivados, portanto, podemos estimar que, até ao momento, o número de mortes já ultrapasse as mil. Há ainda informações de cidadãos e de órgãos de comunicação social que referem que o tempo de espera para a cremação e a cerimónia de despedida das casas mortuárias é de três meses. Segundo as políticas de combate à epidemia, os

corpos dos que faleceram durante este período têm de ser embalados e selados, não podendo ser abertos para tratamento posterior, nem se podendo prestar a derradeira homenagem, o que, para as famílias, é incompreensível. Desde a linha da frente dos profissionais de saúde à indústria funerária, esta “linha de vida e de morte” está a enfrentar uma pressão e confusão inimagináveis.

As situações referidas apontam directamente para o facto de que o Governo da RAEM não preparou bem as medidas de liberalização do plano de contingência, pois, se tivesse conseguido, com antecedência, definir planos claros de recursos humanos, apoio ao pessoal médico e de enfermagem afectado pela epidemia e políticas prospectivas e de contingência para enfrentar a corrida aos medicamentos, hoje em dia, as famílias que sofrem com o “luto familiar” seriam certamente muito menos do que actualmente. Os dados frios não conseguem demonstrar a grande mágoa por detrás de cada família, por isso, espero que o Governo aprenda com a dor, a experiência e as lições, e o pessoal médico e de enfermagem e os funcionários públicos que ainda lutam na linha da frente devem ser premiados e compensados; quanto às famílias em sofrimento, a fim de aliviarem as dores e o sofrimento devem otimizar, quanto antes, as orientações de prevenção epidémica para os cadáveres.

2023-01-16 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“A mudança da política COVID zero, para um regime de abertura total, foi aplicada num curto espaço de tempo, sem que a população estivesse preparada para assumir a responsabilidade total pelo combate à pandemia e pela protecção da sua saúde e a dos seus familiares”

O governo anunciou, durante o mês de Dezembro de 2022, o cancelamento, em Macau, da maioria das medidas de prevenção e contenção anti-COVID.

Se durante a implementação das medidas restritivas, decorrentes da gestão da pandemia causada pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2, por um período de cerca de três anos, estas assumiram um carácter discriminatório, e errático, com respostas desadequadas, e despropositadas, que se reflectiram negativamente na economia e na saúde mental da população do território, a abrupta e recente mudança da política COVID zero, por parte do governo de Macau, para um regime de abertura total, foi aplicada num curto espaço de tempo, sem que a população estivesse preparada para assumir a responsabilidade total pelo combate à pandemia e pela protecção da sua saúde e a dos seus familiares.

Sugeri aqui, em Novembro de 2022, que o governo concentrasse os seus esforços em retornar o território a uma situação de normalidade, actuando neste processo de reabertura, nas diversas dimensões, a nível social, económico e político, com o objectivo de melhorar os aspectos negativos produzidos pela pandemia, e pelas medidas restritivas implementadas para o seu combate, apostando nas campanhas de vacinação, e considerando uma redução significativa das regras drásticas de isolamento.

No entanto, o que se verificou, foi uma profunda falta de preparação para a transição, com suspensão repentina, e radical, das restrições sanitárias impostas desde 2020, o que resultou numa propagação descontrolada, e acelerada, do vírus entre a população, desencadeando infecções que resultaram na afluência inusitada, de uma grande quantidade de doentes aos hospitais, constringendo significativamente os serviços de urgência, e resultando no aumento significativo do número de óbitos, sobretudo entre a maioria dos idosos vulneráveis que não foram vacinados, e outros com necessidades de apoio, tais como os acamados, e com doenças crónicas, e os deficientes.

As autoridades de saúde do território não reconheceram que o aumento exponencial de mortes, principalmente após o período de abertura, durante o mês de Dezembro de 2022,

tivesse resultado do surto generalizado da epidemia, apesar da significativa diferença, quando comparada com os números registados em 2021, corroborados pelo presidente da Câmara de Comércio dos Negociantes Funerários de Macau, que afirmou há dias que o número de mortos é 10 vezes superior ao normal, o que contribuiu para a sobrecarga que se verificou nas casas mortuárias e nos serviços funerários, contradizendo as autoridades de saúde na sua justificação anterior, que apontavam a infecção entre os trabalhadores do ramo como a causa para a acumulação de cadáveres em armazenamento em câmaras frigoríficas.

Outras situações há a apontar, demonstrativas da falta de preparação das autoridades para o levantamento das restrições, dentre as quais o aumento dos índices de stress emocional, e de afectação psicológica, resultantes da população ter que lidar com o processo de debelação da infecção, da incerteza do estado de saúde de familiares hospitalizados, aos quais não poderiam ter acesso, da separação das mães dos seus bebés recém-nascidos devido a contingências provocadas pela Covid-19, do processamento moroso, e doloroso, com os serviços funerários dos seus entes falecidos, com a nítida falta de dados em relação ao número de infectados durante este surto generalizado, resultante da ausência de um processo de registo de informação adequado, e de falta de centralização, e de sincronização, das várias plataformas tecnológicas disponibilizadas, que não permitiu às autoridades identificar a verdadeira dimensão da propagação da doença entre a população, nem projectar medidas adequadas de actuação, que lhes permitissem fazer face a uma crise para a qual deveriam estar mais do que preparados, tal foi o período de que dispuseram para o efeito, para além da nítida incapacidade de prevenir que esgotassem medicamentos e alguns bens de primeira necessidade, num período em que a população deles mais necessitava.

A transferência súbita do ónus da responsabilidade do combate à COVID 19, para os cidadãos, revelou-se inadequada e precipitada, porque as pessoas viveram sob o receio deste flagelo, durante um período de três anos, mesmo que estivessem vivendo sob uma falsa sensação de segurança.

Finalmente, e tendo em consideração que a unidade de cuidados intensivos do hospital público já não tem capacidade para receber mais idosos, devido à sobrelotação, estes vêm-se na contingência de recorrer aos serviços dos hospitais privados, que cobram uma fortuna pelos serviços prestados. Por outro lado, muitas famílias têm dificuldades em fazer face às despesas com a realização das exéquias fúnebres, pelo que se solicita ao governo que durante o ano de 2023, excepcionalmente, considere a implementação de uma compensação pecuniária extraordinária para auxílio das famílias do território.